

Economia

MINERAÇÃO

Projeto carboquímico incluirá areia e cascalho

Mina Guaíba da Copelmi está em processo de licenciamento ambiental

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A ideia de formar um complexo carboquímico na região do Baixo Jacuí do Estado proporcionará outras atividades paralelas, além da extração do próprio carvão. A exploração da mina Guaíba, (que apesar do nome encontra-se entre Eldorado do Sul e Charqueadas), da Copelmi, também poderá atender, conforme os dirigentes da empresa, à toda demanda de areia e cascalho do Rio Grande do Sul.

A mina possui jazidas que chegam a 166 milhões de toneladas de carvão, 422 milhões de metros cúbicos de areia e 200 milhões de metros cúbicos de cascalho. O diretor de novos negócios da Copelmi, Roberto Faria, adianta que o planejamento prevê tratar com empreendedores que já atuam com areia e cascalho para gerar receita com esses subprodutos da finalidade principal da mina que é a mineração do carvão. O aproveitamento dos recursos que hoje se encontram em Eldorado do Sul poderia ser uma alternativa para a extração de areia feita no rio Jacuí.

No dia 14 de março, o processo de licenciamento ambiental prévio de lavra de carvão da mina Guaíba foi submetido a uma audiência pública em Charqueadas. Apesar de algumas entidades ambientais terem tentado suspender o evento através de medidas judiciais, o gerente de sustentabilidade corporativa da Copelmi, Cristiano Weber, considerou como tranquilo o encontro. Conforme o dirigente, os questionamentos foram mais em torno da questão social (pois cerca de 200 famílias precisarão ser realocadas para o empreendimento seguir adiante), do que propriamente sobre o tema ambiental.

Em um momento que há um



CLAITON DORNELLES / JC

Investimento em exploração é estimado em US\$ 4 bilhões, diz Faria

grande receio quanto a iniciativas de mineração devido à tragédia que houve em Brumadinho (MG), Faria ressalta que o novo projeto da Copelmi não prevê a construção de barragem. Ao invés de uma barragem para rejeitos, a iniciativa da empresa gaúcha prevê o uso de uma solução conhecida como filtro-prensa, que possibilita que a água volte a ser usada no processo de beneficiamento do carvão e o resíduo sólido retorne para a mina. A operação da mina deverá gerar 1.154 empregos diretos e cerca de 5 mil indiretos.

Weber calcula que seja possível obter a licença ambiental prévia em 2019 e o licenciamento de instalação no ano seguinte. Após esse marco, a preparação da mina levaria mais três anos, ou seja, a geração de gás a partir do carvão poderia começar em 2023. O investimento no projeto da Copelmi, que se soma a uma planta com capacidade para 2 milhões de metros cúbicos diários de gás natural sintético (GNS), é estimado em torno de US\$ 1,3 bilhão. Contudo, a perspectiva é que com a atração de outras companhias que utilizarão o gás, como indústrias de fertilizantes, o aporte no comple-

xo carboquímico como um todo passe dos US\$ 4 bilhões. Os derivados da carboquímica vão desde o gás sintético como substituto do gás natural até a sequência de produtos do gás de síntese como, por exemplo, metano, diesel, amônia, ureia, lubrificantes, nafta, plásticos etc.

A Copelmi conta como parceiras a norte-americana Air Products e a chinesa Zhejiang Energy Group, que serão investidoras e operadoras da planta carboquímica. Além de superar a questão ambiental e da atração de investidores, a companhia gaúcha precisará encontrar mercado para o gás do carvão. Faria ressalta que estudos do governo federal apontam que entre 2020 e 2023, quando o gás do carvão deverá começar a ser fornecido, o País estará importando cerca de 55% do seu consumo de gás. O empresário reforça que o insumo oriundo do mineral gaúcho seria uma excelente opção para substituir o combustível que vem do exterior. Para discutir a carboquímica, a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (Sergs) realizará no dia 14 de maio um seminário internacional no hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre.

Fornecimento de combustível para Pampa Sul foi iniciado

Se a carboquímica ainda é um projeto, o que já é uma realidade para a Copelmi é o abastecimento de carvão para a usina Pampa Sul, do grupo Engie, que está em fase de comissionamento (teste), em Candiota, e que deve entrar em operação comercial nos próximos meses. A

companhia de mineração fornecerá para a térmica cerca de 2,8 milhões de toneladas de carvão ao ano, oriundo da mina Seival, também localizada em Candiota.

Quanto a outros planos, o diretor de novos negócios da Copelmi, Roberto Faria, não nega que a Copelmi é uma natural interes-

sada na privatização da Companhia Riograndense de Mineração (CRM). No entanto, o executivo argumenta que é preciso ter mais detalhes quanto ao modelo de desestatização e cronograma que serão adotados pelo governo gaúcho para se ter uma posição mais definitiva sobre o assunto.

MPF recorre ao TRF-4 para suspender licença do Projeto Retiro

O Ministério Público Federal (MPF) interpôs recursos de agravo de instrumento contra decisões da 2ª Vara Federal de Rio Grande, que negaram os pedidos liminares formulados em duas Ações Cíveis Públicas que move contra o Ibama e a empresa Rio Grande Mineração S/A - RGM.

Em uma das Ações Cíveis Públicas, o MPF busca a defesa do meio ambiente e da ordem jurídica violada pelo réu Ibama, inclusive quanto aos direitos à informação e à participação do público no licenciamento ambiental do projeto. Na outra, o MPF tem em vista a defesa das comunidades tradicionais de pescadores artesanais presentes na área a ser diretamente afetada pelo empreendimento e no seu entorno, às quais songado pelo IBAMA o direito à consulta prévia informada.

O Projeto Retiro tem em vista o aproveitamento econômico de titânio no município de São José do Norte, numa extensão aproximada de 30,0 Km x 1,6 Km, com o revolvimento de cerca de 13,75 milhões de m², em um ambiente muito frágil, de baixa resiliência e alta vulnerabilidade a lesões de

grande magnitude, onde vivem espécies ameaçadas de extinção.

O Ibama foi alertado pelo Ministério Público Federal, através de recomendações expedidas em 2016, de que a insuficiência do EIA/RIMA e de suas complementações, assim como as falhas do Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), além de invalidar todo o procedimento de licenciamento ambiental, impedia um juízo seguro acerca da viabilidade ambiental do projeto. Não obstante, o IBAMA emitiu Licença Prévia para o projeto em junho de 2017, e sem observar o direito das comunidades tradicionais de pescadores artesanais presentes na área visada pela mineração à consulta prévia.

O pedido de suspensão liminar dos efeitos da licença foi negado pela Justiça Federal de Rio Grande sob o argumento de que, como se trata ainda de Licença Prévia, e esta não autoriza qualquer intervenção concreta na área pretendida pelo empreendimento mineral, não haveria risco ao meio ambiente, ao menos não no presente momento, de modo que ausente um dos requisitos para a concessão da medida.



RIO GRANDE MINERAÇÃO/DIVULGAÇÃO/JC

Defesa do meio ambiente e das comunidades locais integram ação



CREMERS
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CITAÇÃO

O Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, por solicitação do Conselheiro Instrutor do Processo Ético-Profissional nº 13168/2018, CITA o **Dr. Eldro José Dornelles Baumgartner – Cremers nº 10614**, para, querendo apresentar defesa prévia, no processo acima referido, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, na forma dos artigos 35 e 39 do Código de Processo Ético-Profissional - CPEP - Resolução CFM nº 2.145/2016 e alertando sobre o disposto no artigo 45 do CPEP. Os autos estão à disposição na Secretaria de Assuntos Técnicos do CREMERS (Av. Princesa Isabel, 921 – Porto Alegre – Telefone (51) 3219.7544).

Porto Alegre, 28 de março de 2019.

Dr. Eduardo Neubarth Trindade
Presidente do Cremers